

Parecer nº 140/99

Data: 1999.09.09

Processo nº 684

Requerente: Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

I – Factos:

1. O funcionário público Carlos Alberto Alves Antunes foi, em determinado período em que estaria de licença, empregado da sociedade Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL. Nesse período surgiu entre ele e a dita empresa um litígio, que acabou resolvido no foro laboral. A empresa pretende agora a revisão dessa decisão judicial e alega necessitar para o efeito das informações constantes de pedido que formulou em carta de 25.6.1999, dirigida ao Secretário-Geral do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
2. Os dados solicitados constam da parte final dos 3º e 4º parágrafos da referida carta. A sociedade quer saber se o dito Senhor Carlos Alberto, “no período decorrido entre oito de Maio de 1996 e 15 de Outubro de 1996, se encontrava a desempenhar quaisquer funções na Administração Pública ou em organismo de qualquer outra natureza, por e com autorização legal, e em qualquer regime de colaboração e/ou trabalho»; e pede ainda «a discriminação das funções que o mesmo desempenhou e/ou desempenha, em que entidade e respectivas datas de início e cessação da actividade, bem como os montantes de remuneração que aquele auferiu durante os diversos períodos que se vierem a apurar, entre oito de Maio e 15 de Outubro de 1998». De notar o provável lapso detectável nas datas aqui indicadas que, segundo os dados do processo, devem ser, mais propriamente, 8.5.96 como limite inicial e 15.10.98 como limite final.

3. Pelo conteúdo do Acórdão da Relação de Lisboa, de 24.3.1999, e tendo presente a legislação processual laboral respectiva, as informações são necessárias aos fins do pretendido recurso de revisão.
4. De qualquer maneira, os dados em causa não têm carácter nominativo, á base do conceito expresso na - e para os efeitos da - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

II – O Direito

A sociedade em causa tem o direito ao fornecimento dos dados solicitados, necessariamente constantes de documentação existente no Ministério, sem necessidade de invocar qualquer interesse especial, dado que não se trata de documentos nominativos. Aliás, mesmo que o fossem, não estaria de todo excluído o seu acesso por parte dessa empresa, dado o interesse legítimo, pessoal e directo que demonstra possuir para o efeito.

Parecer:

A CADA é de parecer que a Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território deve extrair dos processos internos referentes ao funcionário em causa as partes de onde constem as informações solicitadas, enviando-as por fotocópia e eventualmente, delas passando certidão, se solicitada.

Aprovado na sessão da CADA de 9 de Setembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra